



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

1 ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE  
2 MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS  
3 QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM, REALIZADA NO DIA 17 DE  
4 NOVEMBRO 2023, PRESENCIALMENTE, NO AUDITÓRIO DA  
5 OUVIDORIA AGRÁRIA.

6 Aos 17 (dezesete) dias do mês de novembro de 2023, às 9:00h, deu-se  
7 início a 9ª Reunião Ordinária de 2023, dos membros da Comissão  
8 Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões  
9 Ligadas à Grilagem (CPMEAQLG), de forma presencial, no auditório da  
10 Ouvidoria Agrária do TJPA. Participaram da reunião: Des. Mairton  
11 Marques Carneiro, Ouvidor Agrário e Presidente da Comissão  
12 Permanente de Monitoramento, Estudo, Assessoramento das Questões  
13 Ligadas à Grilagem – CPMEAQLG; Carlos Eduardo Barroso Bordalo,  
14 representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará  
15 (ALEPA); Janyce Maria de Almeida Varella Veiga, representante da  
16 Procuradoria Geral do Estado (PGE); Vanessa Menezes Duarte,  
17 representante da Associação dos Notários e Registradores (ANOREG);  
18 Dr. Antônio Fernando de Carvalho Vilar, juiz titular da Vara Agrária de  
19 Altamira; Dr. Amarildo José Mazzutti, juiz titular da Vara Agrária de  
20 Marabá; Dr. Haroldo Silva da Fonseca, juiz titular da Vara Agrária de  
21 Redenção; Rodrigo Cerqueira de Miranda, representante da Defensoria  
22 Pública do Estado (DPE); Mario Alfredo Souza Solano, representante da  
23 Federação da Agricultura e Pecuária no Pará (FAEPA); Adriana Afonso  
24 Nobre, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará  
25 (OAB/PA); Aldenor Gonçalves do Nascimento, representante do Instituto  
26 de Terras do Pará (ITERPA) e Weverton Barbosa (ouvinte). A reunião foi  
27 gravada em áudio e vídeo, com degravação realizada posteriormente.

28 **PAUTA:** 01: Aprovação da Ata de Reunião Ordinária realizada no dia 20  
29 de Outubro de 2023; 02. Informes. 2.1. Participação da Ouvidoria Agrária  
30 em reunião de exposição do projeto de realização do V Congresso  
31 Internacional de Direito Amazônico e do XVI Congresso Mundial de Direito  
32 Agrário. 03. Resposta ao Ofício nº 125/2023-CDHDC/ALEPA, que trata

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA. Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail:  
ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

33 da atual situação da ocupação Mulheres Rayana Alves, do Movimento de  
34 Mulheres Olga Benário; 04. Resposta do INCRA ao ofício nº 33/2023-  
35 CPMEAQLG, que trata da situação fundiária da Gleba Belo Monte, no  
36 município de Anapu/PA. 05. O que ocorrer. **SR. LAÉRCIO DOS SANTOS**  
37 **ROSA JUNIOR:** Bom dia a todos. Sou Laércio Rosa, secretário da  
38 Comissão. Informo que, como nesta primeira chamada, nós ainda não  
39 temos número legal, conforme disposições do Regimento Interno da  
40 Comissão, iremos aguardar até 9h15 para verificar a possibilidade de  
41 iniciar a reunião com quórum mínimo no número de cinco participantes.  
42 **DES. PRESIDENTE:** Como há número legal, eu declaro instalada esta  
43 reunião para o dia de hoje, elevando o pensamento ao nosso Criador para  
44 nos dar tranquilidade e a todos os presentes e a todos que pertencem a  
45 nossa comissão, aos juizes agrários, aos juizes também que pertencem  
46 - hoje não vieram - que pertencem também a nossa Comissão Fundiária,  
47 né, e aos que estão também nos ouvindo pela internet. **ITEM 01.** E eu  
48 coloco logo em votação a aprovação da Ata da sessão anterior. No  
49 silêncio, já está aprovada. E alguns informes eu tenho aqui: **ITEM 02.**  
50 Participação da Ouvidoria Agrária em reunião de exposição do projeto de  
51 realização do 5º Congresso Internacional do Direito Amazônico e do  
52 Congresso Mundial de Direito Agrário. Foi realizada uma reunião comigo,  
53 no dia 31 de outubro, para tratativa acerca da realização destes dois  
54 eventos previstos para o mês de setembro de 2024, em Belém, promovido  
55 pela Academia Brasileira de Letras e União Mundial de Agraristas  
56 Universitários, visando compreensão jurídica e COP 30. O evento contará  
57 com a participação de 50 conferencistas de todos os continentes do  
58 mundo e do país, da Amazônia. Então vai ser um evento espetacular. Eu  
59 congreco todos os nossos componentes aqui, a participarem desse nosso  
60 evento. Eu, em tratativa com a desembargadora presidente, se ficar  
61 pronto até lá, ou seja, até setembro 2024, esse evento será realizado na  
62 nossa Escola da Magistratura. Está sendo... está havendo a licitação e  
63 nós vamos iniciar as tratativas todinhas para fazer com que se faça a  
64 adaptação. Lá vai ter um auditório mais ou menos de mil pessoas. Caso **6**.





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

65 não seja lá. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do  
66 microfone]. DES. PRESIDENTE: Não, fica aqui na... é o antigo Computer  
67 Center. É lá. Computer Store, né? Vai ser lá. O governo já desapropriou,  
68 então nós estamos em tratativa para reorganizar lá, o ambiente. Caso não  
69 haja lá, nós vamos fazer esse lá no Maria Nunes, lá em... Nunes Marilda,  
70 lá na Corregedoria, que dá sequência de 400 pessoas. Mas como nós  
71 temos evento dessa magnitude, só conferencista viriam 50,  
72 conferencistas do mundo inteiro. Não é só aqui do Pará, não. É um evento  
73 grandioso, né? Nós vamos conhecer o que é que a Europa está a falar,  
74 inclusive do Pará, né? E o presidente, que é o desembargador Alcigo  
75 Sande de Miranda, explicou que a iniciativa visa estimular a consciência  
76 dissociado da realidade cultural, social e econômica da região, estando  
77 consciente com desenvolvimento ecologicamente equilibrado, com a  
78 regularização fundiária e com a pacificação de conflitos motivados pela  
79 posse da terra. Vocês estão vendo que nós estamos preocupados. Não  
80 só eu, mas como também o desembargador Alcir(sic), que já foi, já  
81 pertenceu aqui, ele, hoje, está sediado em Brasília, mas é uma pessoa  
82 espetacular, né? Então eu vou... logo eu devo tratar com os senhores,  
83 ainda voltar a este assunto, para conscientizá-los de que realmente nós  
84 devemos fazer esse congresso. Devemos, porque é uma coisa muito boa  
85 para o estado do Pará. Nós vamos saber o que é que estão pensando lá  
86 fora da gente, o que é que estão... o que é que nós temos que modificar  
87 também aqui. E nós não somos donos da verdade, não é? **ITEM 03** Bom,  
88 passando ao outro resposta ao ofício encaminhado pela Comissão de  
89 Direitos Humanos e Defesa do Consumidor Alepa, que trata da atual  
90 situação de Ocupação de Mulheres Rayana Alves, do Movimento de  
91 Mulheres Olga Benário. Já até conversei com deputado Bordalo e o  
92 senhor está com a palavra, sobre o assunto. O senhor está com a palavra.  
93 Dra. Alessandra, o microfone aqui, por favor. SR. CARLOS ALBERTO  
94 BARROS BORDALO: Bom dia. Bom dia, Dr. Mairton. Dr. Mairton, eu não  
95 sabia nada desta situação, até que chegou na Alepa, em uma terça-feira,  
96 um grupo de mulheres, e eu, a pedido do presidente Chicão, as recebi





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

97 junto com a deputada Paula Titan, deputada Lívia Duarte e deputada  
98 Andréia Xarão, quando, então, nós tomamos conhecimento que aqui na  
99 Batista Campos, Presidente Pernambuco parece - Não é isso? - para  
100 todos vocês é ali, onde funcionava, perto de onde funcionava o antigo...  
101 uma urgência da Unimed, e onde agora tem o Cetea(F), assim naquela  
102 rua. E essas mulheres foram nos fazer um apelo porque havia uma ordem  
103 judicial de reintegração de posse para este imóvel, e que essas mulheres  
104 já estão lá há mais de três anos, se não estou enganado, ou dois anos e  
105 meio. Era um prédio abandonado, um terreno abandonado há muito  
106 tempo ali, naquela área, e que esse grupo resolveu instalar um projeto de  
107 acolhimento de mulheres vítimas de violência. Impressionante. Não era  
108 uma ocupação para comércio, para moradia. E, com esforços próprios,  
109 ajeitaram o prédio e passaram a abrigar mulheres vítimas de violência que  
110 não tem alternativa. E a mulher hoje, muitas delas que deixam de  
111 denunciar o abusador ou o violentador dela é porque ela não sabe para  
112 onde ela vai depois. Aí ela deixa de denunciar, e isso perpetua a cadeia  
113 da violência. Então nós achamos uma coisa assim, tão... dizer, em  
114 poucas horas aquelas mulheres não teriam mais o acolhimento, as que já  
115 estavam lá abrigadas iam ter que achar. Então nós apelamos à justiça.  
116 Graças a Deus teve uma... um cuidado de suspensão. E agora parece  
117 que eu quero agradecer, doutor, que o senhor também recebeu, se eu  
118 não estou enganado, né? Recebeu esse grupo que está cuidando disto.  
119 Muito obrigado pela sua paciência e pela sua disponibilidade. E agora  
120 temos que ver o que fazer com aquilo, mas não cabe totalmente a nós.  
121 DES. PRESIDENTE: É verdade. SR. CARLOS ALBERTO BARROS  
122 BORDALO: A nossa interveniência era para impedir uma coisa e agora  
123 tem que ser objeto de uma discussão com a prefeitura, ver os  
124 fundamentos do direito urbano, não é? Porque também o Estatuto das  
125 Cidades normatiza esse aspecto de terrenos baldios, de prédios, né, sem  
126 uso nas cidades, enfim. Mas muito obrigado. Era isso que provocou,  
127 doutor, essa... Muito obrigado. DES. PRESIDENTE: Eu queria dizer que  
128 esta situação foi levada já a desembargadora Luana, ela suspendeu a





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

129 decisão, conforme o deputado falou, né? E o deputado solicitou, no seu  
130 ofício, que seja solicitada informações ao juiz de origem quanto a  
131 audiência de conciliação, a qual encontra-se no processo tal, trâmite pela  
132 14ª Vara Cível, assim como informações quanto ao cumprimento do que  
133 prevê a Resolução 10, de outubro de 2018, quanto ao levantamento  
134 socioeconômico dos ocupantes do imóvel e o levantamento das  
135 benfeitorias, e em processo, seja incluído no trabalho de  
136 acompanhamento desta comissão (Comissão de Conflitos); o  
137 encaminhamento da demanda a todos os membros e órgãos para que,  
138 dentro de suas competências; o encaminhamento deste expediente à  
139 Comissão de Ações Judiciais de Direitos Humanos e Repercussão Social  
140 do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; outras providências cabíveis  
141 que a Presidência entender. Nós já tomamos as devidas providências  
142 quanto a isto aqui. E o objeto, teve uma reunião aqui com a OAB, a  
143 Comissão de Assistência Comunitária e Moradia, no dia 9 de novembro,  
144 comigo aqui, e eu coloquei a eles como vou colocar os senhores: decisão  
145 judicial eu não posso interferir, nem a comissão poderá interferir.  
146 Podemos fazer os encaminhamentos devidos. E foi o que eu falei para  
147 eles, falo também aqui, para todos. E o encaminhamento foi esse: solicitar  
148 a desembargadora Luana para que ela decidisse no máximo breve  
149 possível. Como realmente ela decidiu, né? Ela decidiu, suspendendo a  
150 coisa, entendeu que tinha que suspender. Então suspendeu e está lá com  
151 ela. Se os senhores quiserem ver a decisão dela, eu tenho aqui, em cópia.  
152 Qualquer um pode acessar. Vocês querem cópia da decisão? O senhor  
153 quer cópia, deputado? SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO:  
154 [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Então tem  
155 esses requerimentos aqui do nosso deputado, que eu coloco em  
156 apreciação da comissão. No silêncio, está aprovado. Vamos, então,  
157 colocar, todos os itens foi aprovado. Agora eu tenho uma... Deve ser  
158 acompanhamento da Comissão de Conflitos ou é de Fundiário? ORADOR  
159 NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. DES.  
160 PRESIDENTE: Na outra Comissão de Fundiária, tá? ORADOR NÃO





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

161 IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. DES.  
162 PRESIDENTE: Tá. Aí nós temos aqui a resposta... [Só um minutinho.]  
163 **ITEM 04.** Nós temos aqui o Incra, temos um ofício que trata da situação  
164 fundiária da Gleba Belo Monte, no município de Anapu. Trata-se... Olhe,  
165 veja bem, depois vocês dizem que eu sou ruim. Eu não sou, gente. Eu  
166 quero que a instituição trabalhe, né? Agora vejam bem isso aqui. Olha a  
167 resposta que eles me deram. Eu estou com um problema sério lá, em  
168 Altamira, Anapu, nas proximidades. Aí mandamos um ofício para saber  
169 como é que estava lá o Incra. Aí vem: "Trata-se de resposta a um  
170 requerimento desta comissão formulado ao Incra na reunião ordinária, no  
171 dia 15 de setembro de 2023, solicitando manifestação acerca da situação  
172 fundiária da Gleba Belo Monte, em Anapu", né? No dia 9/11/2023, a  
173 Superintendência do Incra em Altamira respondeu ao ofício desta  
174 comissão solicitando a dilação de prazo de 15 dias para atender o  
175 requerido, tendo em vista que a Unidade Avançada Especial do Incra de  
176 Altamira encontra-se ocupada por famílias desentrosadas da Terra  
177 Indígena Arara da Volta Grande do Xingu, desde o dia 10/10/2023.  
178 Informou ainda que, em virtude da situação, os servidores e  
179 colaboradores daquela unidade estão em trabalho remoto e a base de  
180 dados, acervo de mapas, processo administrativo e outros documentos  
181 necessários para subsidiar a resposta encontram-se nas dependências  
182 da unidade. Quer dizer, eu acho irresponsabilidade isso. Querem mais 15  
183 dias? Dá-se 15 dias, vamos dar mais 15 dias para eles. Não vem a  
184 resposta. Com certeza não vem. Isso aí é aquela famosa coisa: vai, vai,  
185 vai... Representante do Incra está aí? ORADOR NÃO IDENTIFICADO:  
186 [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: É Santarém.  
187 Santarém. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Dr. Rodrigo  
188 [ininteligível]. DES. PRESIDENTE: Pois não, meu doutor. SR. RODRIGO  
189 CERQUEIRA DE MIRANDA: Doutor, bom dia. Bom dia a todos. Eu vou  
190 fazer uma breve ponderação a esse caso, mas me permita um retrocesso  
191 que não vai alterar nada que foi disposto em relação ao primeiro ponto do  
192 nobre deputado Bordalo. Primeiro, eu sugiro que encaminhe para o





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

193 Núcleo de Regularização Fundiária Urbana da Defensoria Pública, uma  
194 vez que nós representamos a área rural, eu estou representando a área  
195 rural, certo? E em relação a votação... É uma sugestão só porque, como  
196 ele é um núcleo especializado, eles podem colaborar tecnicamente em  
197 alguma coisa com relação à questão, se aprofundar, etc. E, segundo, em  
198 relação à votação e qualquer coisa em relação a isso [interrupção no  
199 áudio] ser honesto e declarar minha suspeição em relação a qualquer  
200 coisa que seja atento a essa. DES. PRESIDENTE: [ininteligível] ser  
201 encaminhado a quem? SR. RODRIGO CERQUEIRA DE MIRANDA: Ao  
202 Núcleo de Regularização Fundiária Urbana da Defensoria Pública, que  
203 nós temos um núcleo só para o urbano. DES. PRESIDENTE: Alguém tem  
204 alguma objeção quanto ao pedido? Nenhuma? Então está aprovado à  
205 unanimidade, e vamos encaminhar também ao [ininteligível]. Mais alguém  
206 quer falar sobre esse assunto? Não? Então vamos prosseguir. SR.  
207 RODRIGO CERQUEIRA DE MIRANDA: E em relação ao assunto atua,  
208 doutor, aí acho que o Dr. Mazutti pode até complementar, realmente,  
209 talvez, por esse ano ter havido várias mudanças no Incra, os  
210 representantes regionais, etc., tem sido um padrão, muitas vezes a gente  
211 tem visto nas audiências, o Incra ficar pedindo mais prazo em processos  
212 às vezes que já estavam antigos e que já tinham às vezes liminares  
213 deferidas, ordens, etc. E aí, a gente realmente tem que analisar acho que  
214 de acordo com o caso concreto. Não sei esse caso, porque confesso não  
215 conhecer, não está dentro da minha área de atribuição. Mandei  
216 mensagem para o colega, ainda não obtive resposta. Mas era importante  
217 a presença do Incra, que, infelizmente, muitas vezes tem se mostrado  
218 ausente. Mas porque eu acho que eles querem se inteirar ainda e verificar  
219 como colaborar com a solução. E que aí é que a gente... eu vejo isso, eu  
220 digo com relação ao Dr. Mazutti, sempre analisando o caso concreto para  
221 ver a pertinência ou não, ou simplesmente a procrastinação, porque  
222 muitas vezes também o Incra tem pedido esses prazos, eu diria, aí sendo  
223 crítico mesmo, em uma forma vazia, tá? Vazia por quê? Porque você pede  
224 prazo quando você tem algo concreto para dizer: "Olha, nós temos aqui





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

225 um protocolo junto ao Governo Federal para desapropriação dessa área”  
226 ou algo do tipo, e, muitas vezes, eles têm pedido a prorrogação sem  
227 qualquer tipo de fundamentação. Prorroga porque ‘prorroga’,  
228 simplesmente. Obrigado e desculpa. DES. PRESIDENTE: Mas o Incra é  
229 impressionante. Ainda agora eu estava conversando com o Dr. Mazutti,  
230 né, sobre esse assunto. Ele esteve em uma área lá em Marabá, próximo  
231 a Parauapebas, que pertence a área dele. E o Incra de repente: “Não.  
232 Não é preciso, não. A gente vai desapropriar”, e coisa de louco(F), né? O  
233 representante do Incra estava lá e ele que falou isso. Aí ele se encontrou  
234 com um superintendente lá da região, né? Aí: “Quando é que vocês vão  
235 fazer isso aí?”, “Não, não tem nada disso. Não tem”. Que diabo é isso?  
236 Entendeu? Que coisa essa? Isso é irresponsabilidade, mestre. Manda o  
237 funcionário, manda o representante do Incra, chega lá, diz uma coisa, aí  
238 depois vem outra, né? Eu tive... Eu já disse da vez passada, eu não vou  
239 mais me dirigir ao Incra Belém, nem Altamira, nem vou... Eu me dirigir ao  
240 Incra Nacional agora. Pelo menos foi o pedido que ele assim me fez.  
241 Porque aqui parece que não se resolve nada, nem aqui, nem em Marabá,  
242 nem em Santarém, nem Altamira. Aí dizem: “Não, nós não temos  
243 funcionário, muita gente foi aposentado”. E o que é que eu tenho com  
244 isso? O que é que a comissão tem com isso? A comissão quer o quê? A  
245 comissão quer uma instituição trabalhando. Dar desculpas  
246 esfarrapadas... Existe o superintendente para quê? Para lutar pelos  
247 funcionários, para lutar por isso ou por aquilo? Não é só para ficar como  
248 bibelô, não. Tem que trabalhar. Eu vejo assim, mas... O Dr. Antônio tem  
249 alguma coisa a falar sobre Anapu? SR. ANTÔNIO FERNANDO DE  
250 CARVALHO VILAR: Sobre Anapu. Anapu é uma área com muito conflito,  
251 né, é o município da região que eu atuo mais conflituosa. E eu só endosso  
252 as suas palavras. A situação que o Incra está fazendo em protelar a  
253 resposta à comissão é a mesma atitude que ela toma nos processos  
254 judiciais também: vai só postergando, postergando, postergando, e o  
255 tempo do processo vai ficando cada vez maior. Então, essa omissão do  
256 Incra, ao longo desses cinco anos que eu estou à frente da Vara Agrária





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

257 de Altamira, ela sempre foi desse jeito. Não foi por, imagino eu, doutor,  
258 que não foi por conta de mudança de governo ou linha de diretriz. Não, já  
259 era assim antes, está só continuando a omissão no atual momento do  
260 país. DES. PRESIDENTE: É complicado. É complicado. E os senhores  
261 da comissão estão vendo a situação que está, né? E sabe o meu  
262 posicionamento quanto a isso? Sinceramente eu... Eu, sinceramente, fico  
263 horrorizado com isso. Diferentemente logo que eu assumi, volto a dizer,  
264 diferentemente do Iterpa. O Iterpa, hoje, é um primor, viu, deputado? O  
265 Iterpa, hoje, é um primor. Não prestava também, não era lá essas coisas.  
266 Mas depois que o menino assumiu, depois que assumiu, está um primor.  
267 Então, eu não gosto de elogiar muito, não, mas eu tenho que elogiar o  
268 Iterpa porque o Iterpa realmente está fazendo um trabalho primoroso. E  
269 tenho uma confiança aos senhores uma última vez que o nosso  
270 superintendente do Incra esteve aqui, ele falou que: "Não, nós vamos  
271 reunir e vamos fazer isso assado e cozido". Até o Dr. Solano chegou e  
272 disse: "Não, que coisa. Vamos parabenizar o Incra e o Iterpa". O Iterpa,  
273 com toda a boa vontade, e o Incra, longe de mim de novo, longe do Iterpa.  
274 Quer dizer, vamos, gente, vamos nos conciliar, vamos nos juntar para o  
275 bem do estado do Pará. Todos nós queremos isso. Nós não queremos  
276 invasor, nós não queremos ocupante, nós queremos coisa legal. Nós já  
277 estamos vendo aí mortes acontecendo, anunciadas já naquela área ali,  
278 de Tomé-Açu, Acará. Eu vinha dizendo aqui, quem esteve participando  
279 daquela reunião que eu estive, eu disse: Olha, isso vai recrudescer. Não  
280 é bem assim. Vamos resolver a coisa de uma forma conciliatória. Mas,  
281 infelizmente, eu não consegui. E digo com franqueza, pela primeira vez  
282 na vida eu não consegui mediar um conflito. Por quê? Por obra e graça  
283 dos nossos ocupantes, dos nossos, dos nossos dirigentes que nós temos  
284 aqui. Mas vamos ver. A qualquer momento, se quiserem usar a Ouvidoria,  
285 a Ouvidoria está pronta para retomar as situações, lá, inclusive. Nós  
286 temos um excelente magistrado, que é o Dr. André. Está conseguindo  
287 contornar, mas as mortes que estão acontecendo. É de índio, é da  
288 empresa lá. Agora, recentemente, morreu um índio e mais ficaram dois





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

289 feridos, se não me falha a memória. Não é isso, coronel? Lá naquela área,  
290 né? Aí já estão acusando a empresa que faz isso, faz aquilo. Isso é  
291 questão de apurar, questão de apurar. Nós não temos porque estar nos  
292 metendo nisso. Isso é questão policial. Pois não, meu doutor? SR.  
293 ALDENOR GONÇALVES DO NASCIMENTO: Doutor. SR. LAÉRCIO  
294 DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Aldenor, representante do Iterpa. SR.  
295 ALDENOR GONÇALVES DO NASCIMENTO: Eu gostaria só de,  
296 aproveitando essas palavras que são dirigidas ao Iterpa, agradecer em  
297 nome do presidente Bruno Kono. Porque nem sempre realmente o Iterpa  
298 recebeu esse reconhecimento. E agora, em função das decisões que o  
299 Iterpa vem tomando, o Iterpa realmente está melhorando, está melhor e  
300 ainda não está no seu final. Há um esforço muito grande de o Iterpa  
301 continuar nesse caminho de aperfeiçoamento, de eficiência, que o Dr.  
302 Bruno, nessa gestão do governador Helder Barbalho, e na anterior, tem  
303 imprimido ao órgão, que é um instrumento da sociedade, e é assim que a  
304 gente vê, né? Então, muito obrigado. Eu só tenho a agradecer. DES.  
305 PRESIDENTE: Que bom, mestre, que o Inca... o Inca, que o Iterpa  
306 efetivamente está assim. E só melhorar, é só melhorar. Porque o  
307 presidente do Iterpa é um profundo conhecedor da área fundiária. É um  
308 profundo conhecedor. Agora, eu não sei o que é que está havendo com  
309 o Inca. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do  
310 microfone]. DES. PRESIDENTE: É verdade. Bom, nós temos aqui no que  
311 ocorrer. **ITEM 05**. Nós temos alguma coisa no que ocorrer. Pois não, Dr.  
312 Mazutti? SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Bom dia, excelência. Bom dia  
313 a todos os membros da comissão. Só queria pontuar uma situação, tá? É  
314 o seguinte: nós temos uma região lá em Marabá, aproveitando que o Dr.  
315 Rodrigo está aqui também, o nosso defensor público agrário lá da região,  
316 e a situação é o seguinte... Falando do Inca, né? É que nós fizemos uma  
317 inspeção agrária em quatro fazendas em... é Marabá com Parauapebas,  
318 o doutor está aqui. É uma área muito conflituosa, é a Fazenda  
319 Renascença, Montebelo, São José e... E aí, o que acontece? Nessa área,  
320 no dia que a gente foi fazer a apresentação para o pessoal, né, conversar





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

321 com as pessoas, estava até o proprietário, o advogado e o proprietário,  
322 apareceram dois servidores do Incra dizendo que essa área, ela já estava  
323 sendo adquirida. Foi ou não foi? O doutor está aqui. Essa área estava  
324 sendo adquirida, que é a prioridade máxima, em Brasília, a aquisição  
325 daquela área e tal. Aí, dias depois, eu conversei com o superintendente,  
326 com o engenheiro do Incra, falaram que não. Essa informação está  
327 errada. Essa área não vai ser adquirida porque 50% dela é preservada, é  
328 uma área montanhosa. O Incra jamais vai fazer lá assentamento. Essa  
329 informação não é verdadeira. Então, eu até elogiei aqui, publicamente, o  
330 Incra. Eu queria retirar... A gente não pode retirar, né? Como diz a Bíblia:  
331 a flecha lançada a gente não pode retirar, né? Como diz o Odorico  
332 Paraguaçu, se eu pudesse ir para 'trásmente', né, voltar o que eu falei  
333 aqui, eu ia retirar realmente. E uma outra questão nessa mesma área, foi  
334 há dois dias, teve duas pessoas, é uma área muito conflito conflituosa, e  
335 teve duas pessoas que estavam denunciando na inspeção a derrubada  
336 de castanheiras e furto de castanheiras, estão desaparecidos. Até a  
337 promotoria me mandou uma... Estão desaparecidos. É uma área muito  
338 conflituosa, tá? Eu já mandei esses processos para a comissão. Então  
339 estão na comissão também, os quatro processos, tá? E uma outra  
340 questão que eu queria, inclusive, convidar a Ouvidoria, eu vou fazer esse  
341 ofício por escrito, é uma situação muito peculiar. Inclusive, aproveitar que  
342 o Iterpa está aqui, e não só parabenizar o Dr. Bruno Kono, mas eu gosto  
343 muito do Tiago Ferreira. Que o Dr. Tiago, ele é ouvidor, ele ajudou muito  
344 nessas resoluções de conflitos. Só que tem uma área chamada Fazenda  
345 Santa Clara, em Parauapebas, é Marabá, mas é na fronteira com  
346 Parauapebas, nós temos audiência dia 7 de dezembro, e nessa  
347 audiência, há uns dois anos, o Dr. Rodrigo, acompanhado do Dr. Rodrigo,  
348 defensor, e o Ministério Público, nós fizemos um acordo. Era uma área  
349 pública estadual ocupada por fazendeiros. Já tinha a liminar e eles  
350 estavam fora da área. Aí nós fizemos... foi feito um acordo em ficar 280  
351 alqueires de terra para os fazendeiros que compraram dos herdeiros, e  
352 ficou 130 alqueires de terra para os sem-terra. Aí o Iterpa, na audiência,





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

353 se comprometeu em fazer a divisão para eles, para as famílias, foi tudo  
354 cadastrado, tudo certinho. Até foi uma ação pública maravilhosa, que foi  
355 feito, tudo certo. Acontece o seguinte: aí o fazendeiro está lá, foi  
356 regularizado, ele se prontificou a fazer o geo e tal, só que agora, foi  
357 anteontem, aí o lterpa foi lá para medir a área para entregar para os sem-  
358 terra [interrupção no áudio]. DES. PRESIDENTE: O que eu estou  
359 entregando aos juízes que vão fazer essas... eles estão estudando o  
360 processo. Por exemplo, tem uma que está estudando, é mil e poucas  
361 páginas. Entendeu? Então, temos que dar um tempinho também ao  
362 magistrado para fazer. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento  
363 fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Todos já foram distribuídos e já  
364 estão com os magistrados. Então, quando eles dão pronto, aí a gente já  
365 marca, já designa. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Vocês vão fazer a...  
366 a comissão toda vai se reunir nos locais [ininteligível]? DES.  
367 PRESIDENTE: Não, vai um magistrado. Vai um magistrado só, tá? O  
368 magistrado, caso ele deseje... Eu não acho legal, mas caso ele deseje  
369 que algum magistrado agrário esteja presente, não há problema. Isso é  
370 questão dele lá, tá? Depois faz o que tem que ser feito e vamos continuar.  
371 Vamos fazer o que é devido, né? Melhorou? Já? Podemos discutir? Pois  
372 não? ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do  
373 microfone]. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, senhor. SR.  
374 RODRIGO CERQUEIRA DE MIRANDA: É sobre esse assunto que eu vou  
375 falar. Vou até lhe trazer para o assunto. SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA  
376 SOLANO: [ininteligível] primeiro, doutor. SR. RODRIGO CERQUEIRA  
377 DE MIRANDA: Desculpa. Quem? DES. PRESIDENTE: Dr. Solano  
378 primeiro. Dr. Solano. [falas sobrepostas] SR. RODRIGO CERQUEIRA  
379 DE MIRANDA: Então obrigado, doutor. Bom dia novamente. Eu até trago  
380 o Dr. Bordalo para assunto. Começando que o Dr. Mazutti estava falando  
381 da Fazenda Santa Clara. Ainda que a gente não esteja aqui para tratar o  
382 mérito dos processos e nem ficar procurando debater decisões judiciais.  
383 Certo? E até porque essa audiência que o Dr. Mazutti falou em relação a  
384 dezembro foi requerida por mim exatamente como uma busca de solução, p.





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

385 porque também nós tínhamos, e eu não deixo de exaltar o Iterpa, mas  
386 nós tínhamos uma omissão do Iterpa em relação a esse caso específico,  
387 que nós estávamos mais de ano aguardando o Iterpa ir lá fazer esse  
388 trabalho. E quando nós estávamos há mais de ano, eu recebi essa  
389 semana também a ligação da D. Karilene, que é a chefe do Iterpa desse  
390 setor, dizendo: “Olha a nossa equipe está toda lá e, simplesmente, não  
391 consegue desenvolver o trabalho porque obstruíram e falaram que não  
392 vão deixar realizar”. E aí eu falei com a Francimar, que é a chefe da  
393 comunidade lá, e ela disse que havia uma grande discussão em torno do  
394 georreferenciamento, está certo? Ou seja, que eles acreditavam que o  
395 georreferenciamento que tinha sido feito pelo autor era um  
396 georreferenciamento feito de má-fé, que tinha equívocos grosseiros, etc.  
397 E o que eu disse para ela, doutor, e eu digo isso publicamente, é que  
398 simplesmente, independentemente de haver boa-fé ou não, que deixasse  
399 fazer o trabalho e que se depois fosse atestada qualquer má-fé, o autor  
400 teria que assumir o ônus disso, mas que ele não perdesse aquele  
401 momento. E o pior a gente, o Dr. Bordalo deve saber disso, nesse  
402 momento, agora, está sendo liberado vários créditos do Governo Federal  
403 e que ele simplesmente não tem onde colocar. E eu disse para ele: Vocês  
404 estão perdendo isso. Eu tive uma reunião recentemente com a Celpa,  
405 com a Equatorial, para que leve energia até lá, à comunidade, que não  
406 tem. Hoje, o que tem, é de forma precária e tudo mais. Levasse com  
407 poste, etc. A Celpa está analisando. A gente já estava dialogando com o  
408 poder público para fins de fazer análise de posto de saúde, de escola para  
409 a comunidade. E isso tudo fica obstado, né? A própria concessão de  
410 crédito, porque, às vezes, essas comunidades muito pequenas, elas  
411 precisam de... Sicredi, Banco do Brasil, Basa, que fornecem esses  
412 créditos para microempreendedor e tudo mais, que quando não estão  
413 regularizados, não conseguem, mas, se regularizados, conseguiriam.  
414 Então, tudo isso agora, essa semana, infelizmente foi obstado por isso.  
415 Aí eu... ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do  
416 microfone]. SR. RODRIGO CERQUEIRA DE MIRANDA: Bem, o que a D.





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

417 Karilene me falou foi: “Doutor, se até amanhã de manhã, se não tiver  
418 resolvido, a equipe terá que voltar”. E isso acho que foi ontem ou  
419 anteontem. Então imagino que já retornaram. Tá certo? Falei com a  
420 comunidade. Aí eu até trago o senhor, Dr. Bordalo, porque o senhor foi  
421 mencionado, certo? Porque tem um vereador que atua muito lá na área,  
422 que é o vereador Miquinha, de Parauapebas e que seria um contato forte  
423 com relação ao senhor e tudo mais. Para quê? Para me colocar à  
424 disposição e tentar lhe trazer para esse debate. Por quê? Porque o que  
425 eles colocaram para mim é que teria mais 100 alqueires de uma fazenda  
426 do entorno que deveria ter sido inserida e que aí que pareceu que, em  
427 vez dos 130 alqueires, eles já estariam querendo 230 alqueires, talvez.  
428 Com determinada justificativa, disse que eu estou lá para defendê-los,  
429 que eu estou do lado deles. Mas também tinham que ser honestos em  
430 criar, e dizer também: está sendo criadas dificuldades e que, em vez de  
431 vocês acharem que estão tendo vantagens, pode o efeito ser o contrário.  
432 Está certo? ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do  
433 microfone]. SR. RODRIGO CERQUEIRA DE MIRANDA: E vale registrar,  
434 só para concluir, doutor, que esse acordo que nós fizemos foi um acordo  
435 histórico, que a gente nunca conseguiu fazer um acordo de tamanha  
436 proporção, né, que mais de 500 hectares foi concedido à comunidade,  
437 com a presença do Iterpa assinando junto, etc. E mudando agora, indo  
438 para o que o senhor estava falando há pouco, e o Dr. Mazutti, do envio  
439 dos processos à comissão, eu deixo como sugestão, aproveitando que a  
440 maioria dos juízes agrários estão aqui, para avaliação de uma  
441 racionalização e criação de critérios de padronização, sem querer  
442 descumprir a resolução do CNJ, as decisões relativas à ADPF 828, mas  
443 para que as reintegrações venham a ser cumpridas quando necessárias,  
444 obedecendo essa racionalização, uma padronização que venha a ser  
445 criada para que, de repente, a gente não tenha, daqui a pouco a comissão  
446 abarrotada de processos e com mais de uma centena de processos, e a  
447 gente sabe que se for cumprir, ao pé da letra, de comunidade, uma para  
448 uma, e fazer todo aquele percalço, a gente realmente vai ter liminares a





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

449 serem cumpridas a daqui a cinco anos, se for o caso, ou de qualquer  
450 forma resolvida. Não estou falando só de cumprimento, às vezes a gente  
451 pode chegar em uma desapropriação, em um acordo, etc. É isso  
452 excelência, obrigado. DES. PRESIDENTE: [ininteligível] esclarecimento.  
453 Nós temos um Regimento Interno, que foi aprovado agora; já foi até  
454 publicado. Depois encaminha para ele, tá? Lá está todo o aparato. Tá?  
455 Pois não, Dr. Solano? SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Bom  
456 dia, desembargador. Bom dia a todos. Sobre esse último item que foi  
457 falado sobre a questão do acordo, eu lembro de reuniões pretéritas,  
458 desembargador, que nós vínhamos informando essa questão de ter  
459 lideranças em assentados. E eu lembro, em discussões pretéritas, a  
460 informação sobre a questão do quê? Como é que se vai fazer, por  
461 exemplo, a divisão do lote e colocar no nome do assentado, quando na  
462 verdade era coletivo? Aí vira... eu sou líder, portanto, eu sou o dono. Fica  
463 no nome de uma associação, e aí os recursos que foi falado aqui,  
464 públicos, vai para a associação. E eu, líder, decido para quem vai, como  
465 vai e como deve ir. Isso já todo mundo tem conhecimento, sabe que  
466 acontece. E é uma dificuldade quando o poder público, né, quer organizar  
467 e fazer o seguinte: Não, esse metro quadrado, esse hectare é seu, esse  
468 é seu, esse é seu. Por quê? Não há interesse, não estou generalizando,  
469 mas isso é fato, não há interesse dessa liderança, que tem as relações,  
470 de dividir. Por quê? Porque perde o poder, o poder do dinheiro público e  
471 o poder de determinar o que todos têm que fazer. Todo mundo sabe disso.  
472 Esse é mais um exemplo: ganhou 250, ganhou 500, quer mais 100.  
473 Gente, pelo amor de Deus. Aí já entra uma questão já no penal. Bom,  
474 feitas essas considerações, que eu não ia nem tocar nesse assunto, eu  
475 queria lembrar de um assunto que envolve o deputado Bordalo. E,  
476 inicialmente, agradecer a atenção que ele deu às milhares de famílias que  
477 sofreram lá desintrusão em Apyterewa e Ituna/Itatá. Mas dizer o seguinte:  
478 a gente tem pedido aqui várias vezes, em reuniões também pretéritas,  
479 que haja, na linguagem jurídica, a paridade de armas: da forma que se  
480 trata um deve se tratar o outro. E não foi o que aconteceu, nem em





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

481 Apyterewa, desembargador, muito menos em Ituna/Itatá, foram tratados  
482 como bandidos. Foram retirados à força policial. Não vamos esquecer que  
483 Apyterewa morreu um cidadão baleado, como o senhor falou, que a  
484 investigação decida. Mas já se sabe que foi no confronto. Ok? Isso  
485 também já era esperado. Foi dito aqui, inclusive, nessa reunião, alguma  
486 coisa sobre isso. Mas a questão é o seguinte: essas pessoas não tiveram,  
487 por exemplo, a questão da mediação, o acesso e as reuniões com a  
488 prefeitura, com os órgãos necessários, 30 dias para mediar, com mais 30  
489 dias podendo mediar para saber para onde iriam. Desembargador, isso  
490 não aconteceu. Eles perderam tudo, destruíram as casas, destruíram tudo  
491 e se virem. E essas pessoas estão por aí. Então, assim, o que a gente  
492 pede, não só pela federação, mas como cidadão, é que sejam tratados  
493 também com a mesma dignidade que está se buscando tratar no  
494 cumprimento da 828 e através da Resolução 510. Seja o mesmo  
495 tratamento, pelo menos isso, né? E outra coisa, sem direito,  
496 desembargador, a indenização. Então o que será dessas famílias? Como  
497 estão essas famílias, deputado Bordalo? O senhor passou lá e verificou,  
498 com a comissão, o estado e a situação gravíssima dessas famílias. Estão  
499 aí jogadas. Não sabe... Perderam tudo, desembargador. Tudo. Então  
500 assim, eu acho que a gente precisa, enquanto instituições e poder,  
501 analisar com mais carinho, com mais atenção, esse caso de Apyterewa e  
502 Ituna/Itatá. Quanto à questão do Iterpa e do Incra, que elogiei aqui,  
503 desembargador, elogiei porque eles entraram em acordo que iam buscar  
504 um caminho para a interoperabilidade dos sistemas deles, porque na  
505 área, por exemplo, ambiental, isso já acontece, não é? Isso é uma crítica  
506 que a gente faz também, porque a ambiental está assim: comando e  
507 controle e receita. E a gente fica pedindo: Cadê a mão que afaga? Cadê  
508 a preventiva? Cadê a orientativa, etc., etc. e etc. Por quê? Porque a gente  
509 quer, a gente quer apoiar quem está cometendo ilicitude? Não, de jeito  
510 nenhum. É porque a gente sabe que grande parte dessas pessoas que  
511 estão no estado do Pará, nos mais diversos rincões desse estado, agora  
512 mesmo eu vim de Medicilândia, Brasil Novo e Altamira, a gente sabe que





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

513 essas pessoas vieram aqui há mais de 30, 40, 50 anos, e o poder público  
514 nunca esteve lá para resolver o problema. De repente: “Não, agora eu  
515 quero resolver”. E já chega: “Não, você não é, você não é dono, você...”.  
516 Então, olha só o cuidado que nós estamos tendo para reintegrar à posse.  
517 Que já foi feito aí, uma análise de cinco anos, seis anos, dez anos para  
518 cumprir uma reintegração de posse. Outra coisa, aí eu falo para o Dr.  
519 Ricardo, com o devido respeito, dizer o seguinte: a reintegração de posse,  
520 ela só acontece com força policial, todos aqui sabem disso, por quê?  
521 Porque a parte não está obedecendo a determinação da justiça. Porque  
522 se estivesse obedecendo, saía pacificamente. Então não precisaria força  
523 policial. Aí não, não sai pacificamente, aí tem que ter a força policial e  
524 todo aquele aparato, todo aquele gasto do estado, toda aquela  
525 complexidade, e todo o risco que se corre através de uma situação dessa.  
526 Portanto, feitas essas considerações, eu peço justamente essa atenção  
527 para que haja essa paridade. O problema ainda está existindo,  
528 desembargador. E tomamos conhecimento, já tem publicação, que virão  
529 mais de desintrações no estado do Pará. E ainda não foi resolvida essas  
530 questões, deputado. Então eu acho que assim, nós estamos aqui, com  
531 representatividade significativa das mais diversas instituições e poderes  
532 para que realmente haja uma atenção preventiva antes que aconteça o  
533 fato, que já aconteceu lá em Apyterewa com uma vítima fatal, né? É  
534 essas solicitações que nós estamos realizando pela federação, essa  
535 atenção, como o senhor lembrou muito bem, aconteceu na região ali do  
536 Acará, entre outras situações, que ainda não foi pacificado. O senhor  
537 tentou. O senhor esteve lá. Nós tivemos lá e Tomé-Açu participando. E,  
538 lamentavelmente, se ouviu que a outra parte, a parte que... ficou claro  
539 quem estava querendo problema, não quis sentar para negociar. A  
540 empresa sentou e a outra parte se negou a sentar para negociar. Então  
541 as coisas ficam difíceis de negociar com uma parte. Feito essas  
542 considerações, muito obrigado. Bom dia. DES. PRESIDENTE: Quer  
543 falar? Deputado, por favor. SR. CARLOS ALBERTO BARROS  
544 BORDALO: Eu vou ter que fazer um pot-pourri assim, de muita coisa aqui.





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

545 Mas primeiro, Apyterewa. O senhor me conhece, todos sabem que eu sou  
546 do Partido dos Trabalhadores desde a minha origem de vida pública. E  
547 eu fui exatamente para mostrar que direitos humanos não tem partido,  
548 não tem religião, não tem avaliação de posse, propriedade. Onde tiver um  
549 ser humano agredido, ele é portador de direito. E eu fui lá. Muito hostil,  
550 porque, de todas as desintrações, talvez Apyterewa seja a mais  
551 complexa. No caso, por exemplo, da Alto Rio Guamá, não havia muita  
552 questão a discutir. E eu conheço a Alto Rio Guamá há décadas, desde o  
553 conflito da Gleba Cidapar. Portanto, foi uma desintração pacífica, sem  
554 grandes transtornos, que não havia um histórico que tem em Apyterewa.  
555 Na Apyterewa, eu lembro que este processo já se desenrola há mais de  
556 20 anos, não é de agora. Já houve ordem judicial de desocupação  
557 anterior, já houveram deslocamentos, indenizações, inclusive, instalação  
558 de famílias em assentamento promovido pelo Incra na Belauto, por  
559 exemplo, fora da área indígena. Mas muito retornaram, muitos largaram  
560 e retornaram. Mas há também gente que foi posta na área indígena pelo  
561 governo, à época, onde não era ainda área indígena. Esta área, Dr.  
562 Mairton, ela foi se ampliando de 200 e pouco, 300 e poucos mil, 700 mil,  
563 900 mil, 1 milhão, retroagiu a 700 mil, quando ela foi se ampliando, ela já  
564 foi encontrando ocupantes. Aí é que está o problema. Foi feito no anterior  
565 e esses ocupantes foi dado a eles a... O que está sendo feito por lá é  
566 uma ordem judicial federal, não é uma decisão administrativa do governo,  
567 é decisão judicial federal. Foi dado... desde fevereiro foi avisado a  
568 retirada, coronel. Não foi assim: chega lá, sai todo mundo. Não. Eu pude  
569 conversar com muito agricultor, que eu acho que tem direito a uma  
570 reparação lá; e o governo quer reparar. Porque depois nós fomos reunir  
571 com a equipe que está lá, do governo, e que está fazendo o cadastro. Só  
572 que tem um movimento interno naquela vila, naquela vila que a  
573 inteligência da Polícia Federal detectou uma célula de gente que estava  
574 naquele acampamento em Brasília, naquele acampamento em Brasília,  
575 que todos sabemos, e que tem naquele cidadão de Xinguara... O senhor  
576 lembra? Que está preso. Treinado para atos terroristas que, graças a





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

577 Deus, não explodiu aquela bomba no aeroporto. E a inteligência, Solano,  
578 da Polícia Federal, detectou um núcleo atuando lá dentro do coiso. Então  
579 tu tem ali uma misturada de uma turma boníssima, que tem que ser  
580 reparado, e o governo vai ter que reparar; uma turma que não quer sair  
581 de jeito nenhum porque tem interesses inconfessos na área, armamento,  
582 droga, coisas assim, inconfessáveis. Para você tem uma ideia, para  
583 terminar, um tanque, caminhão-tanque de combustível da Força Nacional  
584 se tentou por três vezes, já, atingi-lo com coquetel molotov. Coquetel  
585 molotov, doutor. Que, graças a Deus, não chegou a alcançar, senão  
586 explodiria todo o acampamento com todos os técnicos. Então é uma  
587 situação delicadíssima. Mas eu concordo com o Solano com uma coisa,  
588 com várias que ele disse, outras eu não concordo pelo histórico da área,  
589 que seja Governo Estadual, Federal tem que incorporar nessas  
590 remoções, seja ela onde for, o aparato social. Chega-se com o aparato  
591 militar, chega com aparato de Força Nacional, se instala estrutura, lona e  
592 tudo, por que é que não se instala, ao lado, o aparato social, Dr. Rodrigo?  
593 Para recepção e tudo. Então esse caso de Apyterewa é um caso dolorido,  
594 doloroso, mas tem que ser feito. Porque aquela área, os registros indicam,  
595 foi a área mais desmatada de toda a Amazônia em quatro anos. Aquela  
596 área de Apyterewa. No caso aqui, de Parauapebas, e no caso em geral,  
597 nós não podemos ficar refém nem de um lado nem do outro de quem não  
598 quer solucionar conflito. Porque, Solano, tem dos dois lados essa história:  
599 tem do lado de sem-terra e trabalhador e tem do lado também de  
600 fazendeiros, como foi o caso agora, da Divino Pai Eterno, que eu estive  
601 também lá. Ali é claro que ali é obstrução à ordem judicial é do fazendeiro,  
602 não é dos posseiros; como foi o caso do Frei Henri, lá na região de vocês,  
603 que também uma ordem judicial passou quase dez anos para ser  
604 cumprida de desintrusão. Então queria sugerir, Dr. Mazutti, no caso lá da  
605 Santa Clara, eu vou entrar no processo, vou tentar ver o que eu posso  
606 fazer para ajudar nessa mediação. Eu acho que nós não podemos ficar  
607 reféns de um ou outro, porque eu conversei com essas famílias, em uma  
608 ida minha em Parauapebas, me pareceu um conjunto de famílias que *b.*





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

609 querem solucionar o problema, que querem resolver. Agora, como em  
610 todo caso, tem sabotadores que querem sabotar o processo. Parabéns a  
611 você que conseguiram esta mediação. Toda a solução que nós  
612 conseguirmos fazer desta forma, façamos a mão para o céu,  
613 conseguimos evitar um conflito. Eu vou entrar, ver o que eu posso ajudar  
614 para, se Deus quiser, nessa reunião de dia 7, você resolvam de vez, para  
615 a gente poder resolver o caso. Desculpe me estender, doutor. Muito  
616 obrigado. DES. PRESIDENTE: Muito bem. Então deixa eu apenas  
617 colocar. Eu não tenho... Aqui, a Justiça Estadual tanto  
618 administrativamente quanto judicial, nós não podemos interferir na  
619 situação porque o caso está na Justiça Federal. Então não podemos, né  
620 doutor? Podemos, logicamente, fazer algum expediente, pedir alguma  
621 informação, mas apenas isso. Se desejarem que nós possamos pedir  
622 alguma informação, eu posso até me dirigir ao juiz federal. ORADOR NÃO  
623 IDENTIFICADO: Ao STF. DES. PRESIDENTE: Ao STF, é? Me dirigir ao  
624 STF, pedir alguma informação sobre o assunto. Mas não foi pedido  
625 absolutamente nada. Então nós não podemos interferir nesse assunto,  
626 porque nós somos justiça estadual incompetente para isso, né? Dito isso,  
627 eu pergunto aos senhores: tem mais alguma coisa? Não? Então vamos  
628 para a próxima reunião: 15 de dezembro, está bom? SR. CARLOS  
629 ALBERTO BARROS BORDALO: Doutor, eu quero fazer uma  
630 consideração. DES. PRESIDENTE: Pois não. SR. CARLOS ALBERTO  
631 BARROS BORDALO: Doutor, o senhor sabe que todo ano, [ininteligível]  
632 formar a comissão, a Assembleia Legislativa realiza, no dia dedicado aos  
633 direitos humanos, a entrega da Medalha Paulo Frota de Direitos  
634 Humanos. E eu vou enviar o convite a Vossa Excelência que, se tiver  
635 disponibilidade de agenda, o seu comparecimento nos engrandece, como  
636 também enviar a todos os colegas, as instituições aqui presentes, tá? É o  
637 dia que a gente entrega as medalhas para quem a gente consegue  
638 registrar ao longo do ano com alguma ação que ajuda a dignidade  
639 humana e os direitos humanos. Obrigado, doutor. DES. PRESIDENTE:  
640 Quinze de dezembro está bom? Alguém tem alguma... Porque vejamos





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

641 bem, eu estou... ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora  
642 do microfone]. DES. PRESIDENTE: É a última do ano, né? Está bom 15  
643 de dezembro? Tá bom? SR. MÁRIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Eu lhe  
644 agradeço. É só para pontuar, porque tem um aspecto que o deputado  
645 falou muito importante. Eu acho interessante, já que está no Supremo,  
646 melhor ainda, porque o próprio Supremo, através do atual presidente do  
647 Supremo, é que elaborou a 828, que deu origem ao 510 do CNJ, que  
648 media cumprimento de determinação judicial no Brasil inteiro, seja  
649 estadual ou federal, o cumprimento das reintegrações de posse. E nesse  
650 caso de desintração não é diferente à questão dos riscos, dos conflitos,  
651 ainda mais aqui na Amazônia, que nós temos uma história aí, complicada  
652 em termos de regularização fundiária. Que isso é uma responsabilidade  
653 do Estado Brasileiro, que não cumpre o seu papel há muito tempo. Então,  
654 eu acho que apenas dizer o seguinte: que a mesma coisa que foi feito  
655 para integração, se era possível se fazer aquele cumprimento, aquele rito  
656 para a questão das desintrações, porque senão nós vamos incorrer,  
657 lamentavelmente, esse risco de novamente nós nos tornarmos aí mídia  
658 nacional, internacional, de forma pejorativa. Quando a gente sabe que a  
659 culpa não é nós, paraenses, que somos responsáveis por isso. Mas fica  
660 como se nós tivéssemos aqui responsável porque aconteceu no nosso  
661 território. Eram essas observações de fazer, já que ele é o presidente, e  
662 a 828 é originária dele, o mesmo processo para desintração, não é? Que  
663 todo o aparato que foi falado aqui. Eram essas observações. Obrigado.  
664 DES. PRESIDENTE: Deixa eu só complementar isso aí, porque nós  
665 temos também uma Comissão Nacional, né, que logicamente prevê essas  
666 situações federais. Então ele foi o pai da criança, né, e ele também é  
667 presidente do CNJ. Foi ele que participou ativamente na feitura da  
668 Comissão Nacional; assim como ele deu as diretrizes para nós formarmos  
669 a nossa comissão. Não posso falar se foi feito lá o processo que nós  
670 estamos fazendo aqui. Não sei. Mas deve ter sido feito, doutor. Deve ter  
671 sido feito. Conforme o deputado falou, vem desde fevereiro, né? Isso,  
672 então, deve ter dado tempo para eles fazerem o que nós estamos fazendo





PODER JUDICIÁRIO.TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

673 aqui. Não sei. Mas deve ter sido feio, né? Então, gente, dia 15 de  
674 dezembro, está tudo bem, né? Então fica marcado para o dia 15 de  
675 dezembro. E como não há mais nada a discutir ou falar, está encerrada a  
676 reunião. E muito obrigado a todos. *Assim, eu, Alessandra Trindade*  
677 *Ribeiro Lauande, auxiliar judiciária, lavrei a presente*  
678 *ATA*////////////////////

679

680

681

682

683

684

685

  
**Des. MAIRTON MARQUES GARNEIRO**  
Ouvidor Agrário do TJPA e Presidente da Comissão Permanente de  
Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à  
Grilagem – CPMEAQLG.

